PREFEITURA DE
RIO PRETO
MEIO AMBIENTE
E URBANISMO

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Programa Município VerdeAzul – Ciclo 2018

SUMÁRIO

1. MUNICÍPIO SUSTENTÁVEL 3

2. ESTRUTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL 9

3. CONSELHO AMBIENTAL.....14

4. BIODIVERSIDADE.....17

5. GESTÃO DE ÁGUAS 21

6. DIRETIVA QUALIDADE DO AR.....25

7. USO DO SOLO 30

8. ARBORIZAÇÃO URBANA.....35

9. ESGOTO TRATADO 40

10. RESÍDUOS SÓLIDOS 43

1. MUNICÍPIO SUSTENTÁVEL

O Município de São José do Rio Preto empenha esforços para melhorar as condições de sustentabilidade relacionada à sua dimensão urbana. Neste sentido a Prefeitura de Rio Preto, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, aderiu ao programa de Desenvolvimento Sustentável da ONU, que prevê o cumprimento de 17 objetivos até o final de 2030. O primeiro passo para adesão foi a assinatura do decreto nº 17.792/2017, pelo prefeito Edinho Araújo, que criou a Comissão Municipal para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs). Desde então, a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, responsável por coordenar o grupo composto por 25 representantes das secretarias e órgãos municipais e 25 representantes da sociedade civil, vem trabalhando nesta implantação e busca inserir através das 10 Diretivas do Programa Município VerdeAzul as metas dos ODS. Segue na sequência as ações diretamente relacionadas a esta diretiva:

MS1- Levantamento da fonte geradora e da quantidade de energia elétrica consumida pelo município.

O município por meio da Secretaria de Obras elaborou o Projeto GEM - Gestão Energética Municipal, que aplica a metodologia do PLAMGE - Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica. Neste plano estão definidos os incentivos voltados para a aplicação de novas tecnologias que o município tem colocado em prática.

A aplicação do Plano Municipal de Gestão de Energia Elétrica (PLAMGE) com o projeto de gestão energética municipal (GEM) tem como objetivo promover a eficiência energética no município através de ações como uso racional, troca de equipamentos e conscientização dos servidores, buscando evitar desperdícios de energia elétrica em unidades consumidoras de responsabilidade da Administração Municipal. Podemos destacar como algumas iniciativas de gestão energética a substituição de lâmpadas LED, principalmente na iluminação pública, incentivo para a instalação de aquecedores solares nas residências, dentre outros.

Ações demonstrando incentivo para economia de energia elétrica:

- Projeto Piloto de microgeração de energia utilizando placas fotovoltaicas
- Substituição de lâmpadas comuns por lâmpadas LEEDs nos viadutos, próprios municipais e praças públicas.
- Implantado com força total em setembro de 2017, o Programa – Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), tem o objetivo de trabalhar as questões ambientais, adotando uma postura socioambiental nas atividades rotineiras. Visa reduzir o consumo de recursos naturais e mudar os padrões, monitorando, no caso em tela, o consumo de energia elétrica.
- Elaborado o Projeto GEM - Gestão Energética Municipal, que aplica a metodologia PLAMGE - **Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica**.

Neste material estão definidos os incentivos voltados para a aplicação de novas tecnologias que o Município tem colocado em prática.

MS2 – Instalação Modelo

O Centro de Educação Ambiental, instalado no Zoológico Municipal de São José do Rio Preto, passou por uma reforma onde foram contempladas iniciativas sustentáveis com vistas à economia dos recursos naturais, incluindo itens sustentáveis que transformou o espaço em uma Instalação Modelo de Sustentabilidade.

Segue abaixo algumas práticas sustentáveis que foram adotadas na reforma do local:

- Troca das lâmpadas incandescentes por lâmpadas de LED.
- Substituição das janelas fixas da edificação por janelas de correr, criando uma ventilação cruzada, promovendo a circulação de ar, renovação do ar e diminuição da temperatura no interior do ambiente.
- A edificação já faz uso de iluminação natural através das janelas nos banheiros e salas e aberturas na varanda de circulação.
- Instalação de sensores de presença nos banheiros e na varanda.
- Foram trocados os vasos sanitários por vasos com caixa acoplada de 3/6L para reduzir o gasto da água potável nas descargas
- Instalação de reservatório para captação e armazenagem da água de chuva para o uso no viveiro de espécies ameaçadas de extinção ou para uso geral.
- O entorno da edificação possui uma vegetação exuberante que melhora a condição estética do espaço como também o conforto do usuário.
- Utilização de mobiliários/bancos feitos com o reaproveitamento de resíduos da construção civil.
- Acessibilidade – Banheiro PNE, de acordo com ABNT NBR 9050/2015.
- Uso de torneira com temporizador e uso de arejadores nas referidas torneiras dos banheiros.
- Horta Orgânica.
- Compostagem à partir do reaproveitamento dos resíduos de alimentos da cozinha de preparo da alimentação dos animais, misturados a folhas secas e serragem.
- Desempenho Térmico com adequação às recomendações da norma ABNT NBR15.220 para zona climática 4.
- Área mais permeável, sendo 80% dos 162.123m² de área do Zoológico Municipal.

MS3 – Demonstração da aplicação da lei municipal do DOF – Documento de Origem Florestal

A Secretaria Municipal de Obras de São José do Rio Preto inclui no Alvará de Construção, a exigência de se apresentar cópia da Nota Fiscal de compra da madeira com DOF (Documento de Origem Florestal) – Lei 10.442/09, no qual foi alterada este ano pela Lei 13.030/18, onde as obras acima de 150 m² passam a ter a exigência do cumprimento da Lei quando do pedido de HABITE-SE da construção.

MS4 – Comprovação da aplicação de norma legal municipal relativa ao CADMADEIRA

A lei municipal 10.042 de 2009 exige que todos os fornecedores de madeira das compras públicas da Prefeitura sejam cadastrados no CADMADEIRA estadual, onde nos editais existem a exigência do cumprimento.

MS5 – Demonstração de compras públicas de insumos, materiais sustentáveis.

Preocupado com as questões ambientais, o município de São José do Rio Preto vem efetuando as compras de forma sustentável, a importância das compras sustentáveis é fundamental para fomentar a criação de uma rede de fornecedores e compradores, preocupados em atender a crescente busca da responsabilidade e sustentabilidade pelos consumidores.

A porta de entrada de tudo que consumimos vem pelas compras que efetuamos. Na medida em que se estabelecem requerimentos de sustentabilidade nas aquisições que fazemos, se inicia um círculo virtuoso que envolve todo o ciclo de vida de um produto e se completa com a indústria, o comércio ou serviço. Um exemplo apresentado em relatório é a aquisição de peças de madeira de reflorestamento em substituição às de madeira nativa, como por exemplo, a aquisição de peças de eucalipto tratado para manutenção e reparos no zoológico municipal.

MS6 - Ação de incentivo (estímulo) à produção sustentável de alimentos.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) faz parte da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 e possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar e sustentável.

O município de São José do Rio Preto já contava com o Programa de Aquisição de Alimentos desde o ano de 2012, na modalidade “Compra com Doação Simultânea”, por meio da CONAB.

E como continuidade do que foi proposto pela nova gestão, foi iniciada em setembro de 2018 a adesão ao PAA modalidade “Compra Institucional” como um projeto piloto, sendo destinada uma verba municipal no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para aquisição de gêneros alimentícios para o Banco Municipal de Alimentos.

A adesão ao programa pela Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento permite a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar com a dispensa de licitação, e a destinação às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. O PAA Municipal faz o repasse direto para o produtor rural, através de um cartão individual, de acordo com as regras do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDS.

Os alimentos adquiridos junto aos produtores rurais são recebidos pelo Banco Municipal de Alimentos, que faz a distribuição as famílias em situação de insegurança alimentar.

O objetivo principal da gestão atual é manter e ampliar o projeto, visando atender mais a população e disseminando conhecimentos de produção sustentável.

MS7 – Ação no VerdeAzul de educação ambiental, com foco em difusão e capacitação de técnicas de boas práticas agroambientais.

Dentre as várias técnicas de incentivo à produção sustentável que o município possui destacamos o Projeto Hortalimento, que é um projeto do Governo do Estado, através da CODEAGRO – Coordenadoria do Desenvolvimento do Agronegócio, implantado em São José do Rio Preto em 2012, tendo como objetivo principal a instalação de hortas e a propagação da prática de produção de hortaliças produzidas por hidroponia sem uso de agrotóxicos. O projeto desenvolvido no município contempla uma estufa com 7x51 metros para produção de verduras por meio do sistema hidroponia, atingindo uma capacidade de produção de até 3.000 mudas, onde toda manutenção local é realizada integralmente por servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

O Projeto Hortalimento atua também como ferramenta educacional por meio de visitações de crianças da Rede Municipal de Ensino para conhecerem o sistema de cultivo e também para a realização de capacitações voltadas ao tema. Em julho de 2018 a Estufa recebeu cerca de 80 crianças que participaram da Colônia de Férias do Parque Ecológico “Danilo Santos de Miranda”, para atividades de plantio, incentivando o consumo de alimentos saudáveis e a educação ambiental.

Ainda em julho foi realizado mais um curso, em parceria com o SENAR, para capacitação de interessados em produção hidropônica, sem o uso de agrotóxicos, onde estiveram cerca de 20 participantes.

E durante todo o ano, a Estufa esteve em produção para abastecimento do Banco Municipal de Alimentos.

Pró-atividade – Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

Fundado em 2004, o Banco Municipal de Alimentos de São José do Rio Preto é uma iniciativa de abastecimento e Segurança Alimentar e Nutricional, visando combater a fome e a insegurança alimentar por meio de doações de gêneros alimentícios provenientes dos convênios com os Programas de Aquisição de Alimentos e ainda da arrecadação de gêneros alimentícios que seriam desperdiçados ao longo da cadeia produtiva.

Sob gestão da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, funciona como unidade de aquisição, arrecadação e distribuição de alimentos, fazendo a seleção dos alimentos, processamento quando é o caso, embalagem e distribuição gratuita às entidades que compõem a rede de proteção e promoção social, seja pela distribuição direta às famílias cadastradas pelos CRAS ou por meio da complementação das refeições servidas por associações cadastradas pelo Fundo Social de Solidariedade, além do suporte a outros equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional.

Para o cumprimento de sua função primordial de assegurar o atendimento às pessoas que necessitam de auxílio para ter garantido seu direito básico à alimentação, o Banco Municipal de Alimentos trabalha com várias frentes de captação de alimentos:

1º) Doações de alimentos “in natura” classificados como impróprios para comercialização e já sem valor comercial, porém adequados para o consumo humano, coletados na rede de comércio varejista e atacadista da cidade e em pequenas propriedades de agricultura familiar, processo denominado **coleta urbana**;

2º) Doações de gêneros secos por meio de parcerias com eventos beneficentes;

3º) Aquisição, por meio da adesão de Programas do Governo Federal de Aquisição de Alimentos – PAAs, de gêneros alimentícios de agricultores familiares para o complemento das cestas que serão entregues;

4º) Produção própria na Estufa Hidropônica e na Horta de Eng. Schmitt, cuja produção de verduras e legumes é destinada em sua totalidade para o Banco de Alimentos;

5º) Doação de uma tonelada de gêneros alimentícios por mês como contrapartida de um Convênio firmado com a Cooperiopreto.

Esses alimentos ao chegarem ao Banco passam por um processo de triagem, sendo que parte já é selecionada e redirecionada para o atendimento das cestas, e os que não estão em condições de serem enviados “in natura” passam por processamento, sendo enviados na forma de polpa de frutas ou legumes, por exemplo.

Entraves e dificuldades

Apesar de já contar com um rol de iniciativas consolidadas relacionadas à sustentabilidade urbana, a administração pública da cidade de São José do Rio Preto enfrenta desafios tanto para a sua ampliação quanto para a implementação de novas iniciativas.

Quanto aos desafios de ampliação a que se apontar a falta de recursos financeiros para a implementação de futuras edificações modelos com alto desempenho ambiental. O cenário econômico atual apresenta significativo desafio para este item.

Quanto à implementação de novas iniciativas, a administração necessitará, obrigatoriamente, viabilizar parcerias com outros entes públicos ou mesmo a iniciativa privada.

2. ESTRUTURA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Além das ações propostas na Diretiva Estrutura e Educação Ambiental, gostaríamos de destacar um importante projeto que vem sendo implantando na cidade, que refere-se à instalação de Jardins Sensoriais. Os jardins sensoriais visam ampliar as possibilidades de inclusão de pessoas com deficiência visual e ao mesmo tempo integrar crianças, adolescentes e a comunidade em geral, em torno desse tema tão relevante que é o meio ambiente. Apesar de o espaço ser adaptado para pessoas com deficiência visual, qualquer morador da cidade pode se beneficiar do projeto, que estimula a experimentação de sensações por meio dos cinco sentidos. Ao todo já existem instalados na cidade 12 jardins sensoriais com a previsão de instalação de mais 03 jardins. A seguir apresentamos as ações realizadas na presente Diretiva.

EEA1 - Programa Municipal de Educação Ambiental em funcionamento

O Programa Municipal de Educação Ambiental foi instituído em Rio Preto por meio da Lei nº 10.181 de 23 de julho de 2008 e regulamentado pelo Decreto n° 18.124 de 28 de setembro de 2018. Em 2018 as ações de educação ambiental foram fortalecidas através da retomada de várias ações na Rede Municipal de Educação. O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental – GTEA, foi instituído através da Portaria SME n° 63 de 09 de junho de 2017, funcionando até a constituição da Comissão Municipal de Educação Ambiental – COMEA, através do Decreto n° 18.060 de 14 de junho de 2018, sendo uma comissão paritária (Sociedade Civil e Poder Público) que tem a finalidade de formalizar, acompanhar e avaliar as ações de Educação Ambiental no Município.

EEA2 - Estrutura de primeiro escalão ou outras estruturas que os municípios disponham.

A Estrutura Ambiental Municipal de São José do Rio Preto foi criada no ano de 1996 através da Lei Complementar 064/1996. No ano de 1998, a nomenclatura da Secretaria de Meio Ambiente foi alterada pela Lei Complementar 087/1998, passando a ser Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo. No ano de 2011 houve uma reestruturação organizacional da Administração Pública, na qual se regulamentou toda a estrutura municipal através da Lei Complementar 346/2011, definindo 4 unidades organizacionais básicas na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo, sendo elas: o Gabinete (Departamento Administrativo e de Execução Orçamentária, Arquitetura e Urbanismo, Gerenciamento de Resíduos, Qualidade Ambiental) e a divisões da Administração da Represa Municipal, Zoológico Municipal e Viveiro Municipal. As unidades organizacionais e as

respectivas divisões deste órgão ambiental municipal são constituídas por técnicos devidamente capacitados nas seguintes áreas: ambiental, construção civil, urbanismo, administrativa, agronomia, biologia, assistente social, dentre outros, sendo estes aptos a assegurar as competências da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo. No ano de 2011 ainda foi aprovado o Regimento Interno da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo através do Decreto nº 15.966/2011, onde ficou estabelecidas as competências de cada departamento, bem como a função dos respectivos chefes.

EEA3 - Demonstração da utilização do Fundo Municipal do Meio Ambiente

O município possui o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, constituído pela Lei nº 10.205 de 2008, e a mesma foi regulamentada pelo Decreto nº 16.520 de 19 de outubro de 2012. Foram adquiridos através do recurso do FUMDEMA banners para ação educativa junto a população sobre os cuidados e riscos que devem tomar em alerta a febre maculosa. Estes banners foram fixados no Parque da Represa Municipal, local de grande circulação. A meta para os próximos anos é que o Fundo tenha sua receita própria através da arrecadação das multas ambientais emitidas pela Prefeitura, onde algumas leis terão a vinculação direta.

EEA4 - Ação no VerdeAzul decorrente de articulação intermunicipal

A atual gestão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo visa promover a gestão integrada, a qual representa uma ferramenta essencial para conservação e gestão do meio ambiente urbano e natural, e seus bens ambientais, assegurando a qualidade ambiental para toda população.

Foi realizada a ação intermunicipal entre os municípios de Ipiguá e Onda Verde e São José do Rio Preto, que buscou recursos junto a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania por meio do Fundo de Interesses Difusos – FID obteve-se o montante de aproximadamente 3 milhões de reais para a remoção de resíduos sólidos difusos ao longo de 12 km entre estes municípios. O projeto previu além da remoção dos resíduos, o desassoreamento de alguns pontos e a recomposição da mata ciliar. Ao todo foram retirados do rio Preto cerca de 18 mil toneladas de resíduos. Além da limpeza do rio Preto, outro objetivo do projeto foi a recuperação ambiental das áreas que sofreram intervenção em APP devido necessidade de abertura de clareiras pontuais para entrada de maquinário do desassoreamento, de modo que após firmado em Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRA (CETESB) e concluído os trabalhos de remoção dos resíduos, resultaram no plantio de 4.406 mudas nativas no município de Ipiguá, de maneira a promover o restabelecimento das funções ambientais do corredor ecológico formado pelo rio Preto. O plantio das mudas iniciou-se no período das águas de 2017 (outubro de

2017 até janeiro de 2018) e a condução e manutenção do reflorestamento ocorrerá até o ano 2019.

Mediante a necessidade de disseminar a população temas de Educação Ambiental como importância da arborização urbana, conscientização sobre podas drásticas e eliminação dos crimes ambientais, foi formalizada uma ação intermunicipal entre a Prefeitura de Itajobi e a Prefeitura de São José do Rio Preto. A proposta é levar a Educação Ambiental até a população das cidades por intermédio de uma parceria, visando apresentação do sistema produtivo de mudas para arborização urbana e para fins de ações de reflorestamento. O município de São José do Rio Preto irá fornecer mudas para o Viveiro de Itajobi, e ainda fará a revitalização da arborização urbana do cemitério do Município, de acordo com o estabelecido nas normas de espaço árvore. O município de Itajobi irá fazer a revitalização da Nascente Modelo localizada no Lago II da Represa Municipal, fornecendo mudas nativas que o viveiro do município de São José do Rio Preto não possui.

EEA5 - Demonstração de Fiscalização Ambiental Municipal

A Lei Complementar nº 309/2010, que dispõe sobre a instituição da carreira dos Agentes Fiscais de Posturas, atribuem a competência aos agentes realizar as atividades de fiscalização dentro município. Desta forma existem atribuições específicas para a área ambiental, onde os mesmos atuam para combaterem a poluição de solo, água, ar, sonora, visual, além da fiscalização quando da abertura de estabelecimentos comerciais na cidade, onde solicitam as adequações ambientais. Podemos assegurar a competência do corpo de fiscais do Município, onde os resultados do trabalho são satisfatórios e positivos. A meta para o próximo ano é avançar em busca do licenciamento municipalizado ampliando a área de atuação dos fiscais, para que dessa forma a equipe de fiscais intensifique o trabalho de fiscalização ambiental no Município.

EEA6 - Dispor, no mínimo, de um funcionário efetivo, cuja formação apresente correlação com meio natural; e, no mínimo, um funcionário efetivo associado à Administração.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo conta atualmente com 45 funcionários em seu quadro, os quais possuem formação nas mais variadas áreas, inclusive ambiental para atuarem nos diversos departamentos e divisões da Estrutura, formando-se assim uma equipe multidisciplinar.

EEA7 - Documento demonstrando a criação de um Centro ou espaço de educação ambiental e a comprovação das suas atividades.

São José do Rio Preto conta com um Centro de Educação Ambiental – CEA localizado no Zoológico Municipal da cidade. O CEA é destinado exclusivamente para a realização de atividade de educação ambiental e de aprimoramento profissional. Recentemente o espaço passou por reformas estruturais, para melhor atendimento às atividades desenvolvidas. Este espaço é uma referência para a cidade quanto à disseminação de conhecimento específico na área ambiental, uma vez que o Município tem a necessidade de inovações nessa área, proporcionando à população utilizar o espaço e interagir de forma a criar um senso crítico em relação ao tema. Neste espaço são realizadas visitas pré-agendadas com a monitoria de técnicos que atuam no Zoológico. No espaço também ficam expostas ao público algumas peças de animais taxidermizados através de vitrines, contando também com um sistema de captação de água da chuva, um pequeno viveiro de mudas de árvores em extinção e uma horta orgânica que são utilizadas como ferramenta educacional, além de uma composteira orgânica que serve para fechar todo ciclo de produção das mudas do viveiro e das hortaliças. Além dessas atividades o Centro de Educação Ambiental – CEA também é aberto a outras instituições que queiram utilizar as dependências para realizar atividades próprias de Educação Ambiental ou Aprimoramento Profissional, desde que solicitado e agendado com antecedência.

EEA8 - Banco de dados ambiental municipal

O banco de dados elaborado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo tem como objetivo mostrar e apresentar informações para a população, onde possa acompanhar o histórico das ações e dados desenvolvidos pelo Município. O banco atua como ferramenta imprescindível de gestão ambiental, possibilitando o livre acesso as informações. A ideia é manter sempre o banco de dados ambiental atualizado para que o mesmo forneça suporte a todos que dele precisarem.

Pró-Atividade – A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

No ano de 2017, São José do Rio Preto incluiu como pró-atividade no quesito Estrutura de Educação Ambiental o Programa A3P e a partir de uma análise mais profunda dos dados diagnosticados e a importância que este programa agrega, resolveu-se torná-lo um projeto do governo municipal. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa a ser desenvolvido em toda administração pública (executivo, legislativo e judiciário). O Programa é instituído na Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo pela Portaria SMAURB nº 01/2013 e no ano de 2017 ocorreu a publicação de uma nova portaria que institui a

comissão gestora, sendo a mesma formada no dia 21/07/2017, data a qual foram realizadas capacitações referentes ao tema, com todos os departamentos e segmentos que formam a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo. A Comissão é responsável por acompanhar toda a implantação do Programa na Gestão Pública Municipal, desde o desenvolvimento de atividades até a obtenção de resultados e avaliação face a mudança de posturas e comportamento dos funcionários. No ano de 2019, a Comissão tem como objetivo iniciar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P nas demais Secretarias Municipais. Visando o Eixo da A3P que diz respeito às compras sustentáveis, foram realizadas capacitações com funcionários responsáveis pelas compras de cada setor, contemplando os temas de licitações sustentáveis, logística reversa, legislações e mudanças de padrões de consumo. No ano de 2019 será aplicado um questionário para todos os funcionários da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, com o objetivo de avaliar e monitorar a eficiência e eficácia do projeto junto aos funcionários, e ainda será implantado programas de qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Entraves e Dificuldades

A atividade humana gera impactos ambientais que repercutem nos meios físicos, biológicos e socioeconômicos afetando os recursos naturais. Esses impactos se fazem sentir nas águas, ar e solo e na própria atividade humana que muitas vezes não assimilam as ações que são desenvolvidas no sentido de educar a população. Um dos principais problemas enfrentados pela Poder Público é a falta de conscientização dos funcionários e da população em geral para a preservação do meio ambiente para as futuras gerações. O grande desafio consiste em transformar o discurso em atitudes e práticas de ações no dia a dia, visando o engajamento coletivo.

3. CONSELHO AMBIENTAL

Considerado como uma iniciativa pioneira, atualmente, o Conselho é composto por órgãos públicos, setores empresariais e as organizações da sociedade civil e, tem por objetivo debater e buscar soluções para o uso dos recursos naturais e para a recuperação dos danos ambientais. Atualmente, quem preside a mesa Diretora do Conselho é um representante do Centro Universitário de Rio Preto - UNIRP.

CA1 - Participação de funcionários municipais nas Câmaras Técnicas dos respectivos Comitês de Bacias, com o conhecimento do Conselho Municipal de Meio Ambiente municipal.

No biênio 2017 – 2019 da gestão do Comitê de Bacias do Turvo Grande, a presidência escolhida pelos membros foi para o segmento municípios, tendo como representante legal o Prefeito de São José do Rio Preto Edinho Araújo. Quanto à participação em Câmara Técnica, nosso município é representado pela gestão pública com a cadeira de Titular na Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, com a participação da Secretária de Meio Ambiente do município – Kátia Regina Penteado Casemiro. A comprovação da participação efetiva foi feita através de listas de presenças e atas.

CA2 - Ato administrativo emitido pelo Prefeito, nomeando os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, de acordo com a lei e/ou regimento interno.

A atual composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – está estabelecida através do Decreto nº 18.123/2018, que nomeou os novos membros do COMDEMA de acordo com a legislação para o biênio de 2018 – 2020.

CA3 - Todas as convocações das reuniões dos membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente e as respectivas atas devidamente assinadas

As reuniões do Conselho são convocadas através do e-mail oficial do Conselho, no qual todos dos membros são comunicados antecipadamente. Junto do e-mail de convocação é enviada a pauta da reunião e a ata da reunião anterior para aprovação ou correções e na reunião seguinte a ata é apreciada, votada e assinada pelos representantes.

CA4 - Manifestação do Conselho, constando em ata sobre Relatório de Gestão Ambiental - RGA, que será entregue à coordenação do PMVA, nas avaliações parciais das pré-certificações e ao final do ciclo na certificação.

O conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, teve ciência do Plano de Gestão Ambiental e os documentos comprobatórios que foram enviados para avaliação do PMVA, foi apresentado à plenária na reunião Ordinária do COMDEMA aos 11 do mês de Setembro de 2018.

Com base nas verificações e análises efetuadas, o conselho manifestou-se favorável ao plano apresentado, sustentando o envio da documentação para o PMVA.

CA5 - Participação em, no mínimo, um evento oferecido pelo CONSEMA.

A Política Nacional de Meio ambiente, instituída pela Lei nº 6938/1981 traz como uma de suas missões a descentralização das responsabilidades da União sobre a gestão ambiental, distribuindo tais atribuições para o Distrito Federal, Estados e Municípios por meio de suas Competências. Para tanto criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, que vem balizar tais competências com a viabilidade dos Conselhos representativos: União – CONAMA; Estados – CONSEMA; Municípios – COMDEMAS.

Diante desse contexto, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, por meio do Programa Município VerdeAzul, com o espírito agregador, nos proporcionou a proximidade das atribuições do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA. Como resultado, participamos de uma palestra ministrada pelo Secretário Executivo do Conselho.

CA6 - Produção e divulgação de relatório com conteúdo referente a temas debatidos nas reuniões do CONDEMA a serem divulgados nas mídias municipais

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA é um Conselho Consultivo e Deliberativo, com sua composição paritária. As reuniões ordinárias são mensais e acontecem sempre na segunda terça-feira do mês. No que se referem à divulgação dos assuntos das pautas tratados nas reuniões do Conselho as mesmas sempre são divulgadas no sentido de que a comunidade de forma geral possa estar ciente dos assuntos que estão sendo discutidos. Frequentemente são veiculadas matérias nas mídias e em especial no site da Prefeitura Municipal. No dia 20 de abril de 2018 foi divulgado no site da Prefeitura Municipal a Aprovação do Regimento e Criação de Câmaras Técnicas do COMDEMA.

No dia 27 de Setembro de 2018 também divulgado no site, o COMDEMA

empossou a nova diretoria e aprovou o Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado, dentre outros assuntos que são publicados com frequência relacionados ao COMDEMA.

CA- Pró-atividade - Criação de Câmaras Técnicas Permanentes do COMDEMA

Devido o grande número de técnicos e profissionais que atuam como conselheiros do COMDEMA, este conselho consegue atuar como ferramenta de elaboração e execução de atividades e projetos que auxiliam a gestão pública da cidade. No ano de 2018, passou por reestruturações que culminaram em avanços significativos de representatividade no Conselho, que vem trabalhando fortemente em conjunto com a Prefeitura de São José do Rio Preto, neste sentido foram criadas algumas Câmaras Técnicas, sobre as temáticas que necessitam de um olhar mais cuidadoso por parte da população e principalmente do governo.

As reuniões das câmaras técnicas acontecem sob demanda, sendo todas as pautas discutidas registradas em forma de ATAs.

São exemplos desses ganhos: apreciação final do Plano Diretor de Arborização Urbana, que resultou na publicação da Lei nº 13.031 de 26 de setembro de 2018; a aprovação do Plano Municipal da Mata Atlântica e Cerrado pela plenária; e a criação de Resolução 001/2018, onde projetos de lei do município com cunho ambiental, em fase de autógrafo, sejam submetidos para apreciação do COMDEMA, para que sejam encaminhados para a gestão pública.

Entraves e dificuldades

O objetivo é a evolução cultural do exercício institucional da cidadania. Tanto o servidor público, quanto o cidadão, ainda apresentam resistência a essa postura de participação conjunta com o trato do interesse coletivo. Aceitar como normalidade administrativa a participação substantiva do Conselho nas rotinas do Executivo e a postura propositiva, amistosa e persistente dos membros do Conselho em relação ao órgão público executivo, se colocam como os principais desafios a serem enfrentados.

Além disso, a maior dificuldade para o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente poder agir com maior abrangência é a falta de recursos e repasse de verbas para o FUMDEMA. Essa verba poderia ser utilizada para realizar diversas melhorias nas ações ambientais do município, como aumentar as ações de educação ambiental, promover a capacitação técnica de pessoal e viabilizar o aumento do poder deliberativo do Conselho. Em suma, a partir dos pontos supracitados, poderiam ser empreendidas mais ações capazes de prevenir e solucionar os problemas ambientais do município, além de buscar novos caminhos para um desenvolvimento que promova o crescimento econômico com o bem-estar da população.

4. BIODIVERSIDADE

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo têm trabalhado para o cumprimento das ações propostas pela Diretiva Biodiversidade, abaixo segue as estratégias adotadas em cada ação.

BIO1 – Apresentar Plano Municipal de Mata Atlântica ou Cerrado

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Mata Atlântica e Cerrado de São José do Rio Preto tem o objetivo principal de realizar um diagnóstico das áreas que necessitam de proteção e recuperação, criando graus de prioridade e suas respectivas metodologias e estratégia a serem adotadas. O Plano já foi apreciado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA e aprovado em reunião ordinária.

Este trabalho ocorrerá ao longo do tempo de forma dinâmica conforme o diagnóstico, as frentes prioritárias e as estratégias a serem utilizadas serão estabelecidas, resultando em um cronograma de ações e atividades que será atualizado sistematicamente com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema e evoluir constantemente nas ações propostas.

A priori o Plano já conta com uma ação objetiva e definida que é o cumprimento dos TCRAs do município através de verba adquirida no âmbito do FINISA. Será realizado processo licitatório para contratação de empresa especializada que realizará o plantio e manutenção de mais de 120.000 (cento e vinte mil) mudas nativas que serão plantadas dentro do perímetro da Unidade de Conservação instituída na Floresta Estadual do Noroeste Paulista.

BIO2 – Demonstrar Pagamento por Serviços Ambientais - PSA

A Prefeitura Municipal mantém um convênio com a Cooperativa de Coleta Seletiva, Beneficiamento e Transformação de Materiais Recicláveis – COOPERLAGOS para viabilizar ações de coleta seletiva no município. Esta parceria foi assinada em 18 de fevereiro de 2018 e tem vigência até 31 de dezembro de 2019, onde ocorre o Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos através da coleta seletiva na cidade.

BIO 3 – Ação no VerdeAzul voltada para a guarda responsável de cães e gatos.

A Prefeitura Municipal através da Diretoria de Bem-Estar Animal que gerencia vários problemas relacionados a animais, vem realizando projetos voltados a castração e adoção responsáveis de cães e gatos em todo o município. Recentemente foram contratados três veterinários e três técnicos que atendem no

Centro de Zoonoses, com intuito de atender de forma melhor e mais abrangente a demanda do município quanto a castração. Os projetos criados em parceria com a Secretaria de Assistência Social, Projeto CRAS Santo Antônio e Projeto Arca de Noé, também estão demonstrado ótimos resultados e tem uma grande importância em informar as pessoas atendidas sobre a posse responsável dos animais domésticos.

BIO 4 – Nota proporcional à porcentagem do território municipal com cobertura vegetal nativa, de acordo com o último Inventário Florestal do Instituto Florestal.

Através do levantamento de dados da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável – FBDS, por meio da subdivisão de Projetos de Apoio a Implantação do CAR, elaborou-se um mapa demonstrativo do uso do solo do município. Em se tratando de uma fonte confiável, por ser um projeto de apoio a um programa nacional foi feito o comparativo entre as porcentagens de cobertura vegetal levantadas pelo Inventário Estadual com este mapeamento, o resultado tem uma diferença razoável entre as porcentagens apontadas quanto a vegetação presente no município. O aumento deve ser levado em consideração já que representam um crescimento percentual de 16,62% da quantidade de áreas florestadas existentes em 2009. De acordo com a tabela do Instituto Florestal e Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, apresentada no relatório, em 2012 o município contava com 2.320,8ha de área florestada, um percentual de 5,29% referente sua área total.

O município tem intensificado as ações de plantios para a recuperação de áreas na cidade no sentido de ampliar a sua cobertura vegetal.

BIO 5 – Ação no VerdeAzul para a conservação da fauna silvestre

Dentre as ações para conservação da fauna uma que se destaca é a parceria entre o Projeto Tamanduá e a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo através do Zoológico Municipal com intuito de criar um protocolo de trabalho de reintrodução do tamanduá-bandeira. Recentemente o Zoológico recebeu um filhote da espécie pela Polícia Militar Ambiental que foi inserido neste projeto que iniciou-se e poderá se estender até o final de 2020 ou mais até a reintrodução deste animal na natureza. Além do Tamanduá-bandeira o Zoológico pretende trabalhar com a reintrodução da anta com parceria que deverá se consolidar em breve com uma empresa que trabalha há alguns anos com a reintrodução desta espécie. Outra ação realizada foi um levantamento de pontos suscetíveis ao atropelamento de fauna dentro do perímetro urbano do Município. A princípio foram indicados pontos para a substituição de placas antigas por modelos mais modernos que sensibilizam de forma mais satisfatória os usuários. A partir disso foi escolhido o modelo de placa

que será utilizado e realizado processo de compra para posterior instalação, a previsão é que até o ano que vem seja realizada a troca destas placas. Além destas ações o Zoológico também presta serviços de atendimentos a animais selvagens vítimas de tráfico, atropelamentos, queimadas, maus tratos e etc. que são encaminhados pelo 4º Batalhão da Polícia Militar Ambiental que abrange cerca de 90 municípios da região, atendimento este que não para, é um trabalho contínuo.

BIO6 – Ação no VerdeAzul de Educação Ambiental, cujo foco é "importância e necessidade da salvaguarda da biodiversidade".

Recentemente a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo firmou parceria com as Secretarias de Educação e Assistência Social com objetivo de atender alunos da rede pública de ensino e pessoas assistidas por centros de apoio social. Não somente o Zoológico Municipal receberá e manterá um Programa de Educação Ambiental com foco na salvaguarda da biodiversidade, mas entrará neste circuito o Viveiro Municipal e a Represa Municipal através de visitas monitoradas realizadas semanalmente, conforme disponibilidade de horários. Estas atividades ocorrem o ano todo com maior frequência no período letivo.

BIO 7 – Nota proporcional à porcentagem da área, em processo de restauração ecológica

O município tem realizado o cadastro na plataforma do SARE (Sistema Informatizado de Apoio à Restauração Ecológica) dos projetos em cumprimento aos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) emitidos pela CETESB e realizou algumas reuniões com empresas privadas e empresas de consultorias ambientais com a finalidade de incentivar que estas empresas façam o cadastramento dos seus projetos no SARE.

BIO Pró-Atividade – Viveiro Municipal e Curso de Bem Estar Animal

A Prefeitura de Rio Preto mantém um Viveiro de Mudas para doação aos munícipes que necessitam realizar o plantio de árvores. No Viveiro são produzidas mudas nativas e doadas a população e destinadas a projetos de recuperação de áreas degradadas e para a arborização urbana. Por ano doa-se cerca de 17mil mudas, além de atender a grupos de visitantes através de visitas monitoradas que acontecem rotineiramente no Viveiro. Destaca-se que grande parte da produção de mudas nativas são utilizadas na recuperação de áreas do Município.

Entraves e Dificuldades

De forma geral as ações relacionadas à biodiversidade foram cumpridas com êxito. Destacamos como entraves o fechamento de algumas parcerias ligadas ao processo de reintrodução de algumas espécies, além de alguns problemas estruturais que impossibilitaram um melhor aproveitamento no Programa de Educação Ambiental voltado a conservação da biodiversidade. Porém, mesmo com essas dificuldades esforços não foram medidos para realizar boas ações no sentido de atingir o principal objetivo que é a conscientização da população sobre os aspectos que envolve a biodiversidade, atingindo a meta proposta pelo Programa Município Verde Azul.

5. GESTÃO DE ÁGUAS

GA1 - Nascente Modelo

A Represa Municipal é um dos principais mananciais do município e contribui com cerca de 30% da água potável distribuída para a cidade. Uma ação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo e parceiros está recuperando uma nascente, que já começa a contribuir com o abastecimento do Lago II da Represa.

Hoje a nascente encontra-se devidamente identificada e disponível para visitação monitorada, com uma programação contínua de visitas, que agora acontecem semanalmente às quartas-feiras, com o intuito de promover a educação ambiental junto à Rede Municipal de Ensino e a outros projetos educacionais e sociais.

GA2 - Ação no Verde Azul que promova o uso racional da água – Manutenção de Água, com foco na diminuição de Perdas

O SeMAE Rio Preto busca constantemente racionalizar o uso da água, implementando projetos integrados que buscam a redução das perdas. Fazendo investimentos na melhoria e qualidade dos materiais, iniciou o projeto de troca de ramais em regiões antigas e que apresentavam índices altos de manutenção. Em paralelo a fiscalização da autarquia vem sendo intensificada, aliada sempre com a conscientização, informa e inibe a fraude.

GA3 - Fornecimento do Relatório Gerencial de Desempenho da Operação

Apresentação de relatório de desempenho ETA Rio Preto 2017, além de outorgas dos novos poços, mapa com os pontos de captação subterrânea. O Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto – SeMAE declarou ao “Programa Município VerdeAzul que a Estação de Tratamento de Água – ETA, possui a outorga nº 2636/13 de 20/09/2013 para a captação de água superficial do rio Preto. A água bruta captada é submetida para sua potabilidade o tratamento do tipo convencional de ciclo completo. O processo é composto de várias etapas com o objetivo de remoção de cor e turbidez da água captada do rio Preto e assegurar sua qualidade microbiológica. A etapas são: 1) pré-oxidação com Hipoclorito de Sódio; 2) ajuste do pH de coagulação com suspensão de Cal Hidratada; 3) coagulação com Cloreto Férrico; 4) floculação em seis unidades com agitação mecânica; 5) decantação em três unidades; 6) filtração em seis filtros do tipo descendentes de taxa declinante variável; 7) cloração com Hipoclorito de Sódio; 8) fluoretação com Ácido Fluossilícico;9) adição de Ortopolifosfato de Sódio para prevenção de corrosão da rede de distribuição; 10) reservação. No ano de 2017 foram tratados e disponibilizado à população 13.092.086 m³, e produção estimada de massa seca de lodo, para a vazão máxima da ETA (450 L/s), de 133 Kg/d retirada nos filtros e 8.230 Kg/d retida nos decantadores. O lodo dos decantadores e da água de lavagem dos

filtros é encaminhado para Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de São José do Rio Preto mediante a disposição na rede coletora de esgoto.

GA4 - Monitoramento que consiste numa visita técnica pelo interlocutor, no ponto de entrada de um ETA

O Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto SeMAE realiza diariamente análises de alguns parâmetros da qualidade da água tratada destina ao abastecimento público, sendo realizada mensalmente uma análise completa, onde o suplente do PMVA pode acompanhar uma dessas coletas.

GA5 - Inserção de dados do Sistema Público de Abastecimento, realizada por agente municipal de saúde, no Sistema Nacional de Vigilância e Qualidade da Água – SISAGUA

A Gerência de Meio Ambiente através de seus técnicos, cumpre as normas sanitárias vigente e em particular, realiza e monitora todos os Sistemas de Abastecimentos de Águas para o Consumo Humano (SAAs) ao menos duas vezes por ano (uma por semestre). Desta forma, quando os laudos apresentam resultados em desacordo com os padrões de potabilidade previstos, executa-se a vistoria in loco, realiza-se coleta da água e é enviado amostras para análise do Instituto Adolfo Lutz. No que se refere a alimentação do sistema do SISAGUA, que até 2016 era alimentado por técnicos do município, hoje a alimentação ficou a cargo do responsável técnico do SAA ou da SAC.

GA6 - Ação no VerdeAzul de recuperação ambiental de nascentes e seu entorno

Estão sendo desenvolvidos no Município dois projetos, com o objetivo principal de recuperar as nascentes localizadas em São José do Rio Preto, através do plantio de mudas de espécimes nativas em seu entorno protegendo-as. O Programa Plantando Água por meio da parceria entre quatro instituições do Poder Público, sendo elas o SeMAE (Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto de São José do Rio Preto), a CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), a SMAURB (Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo de São José do Rio Preto) e o 4º Batalhão de Polícia Ambiental, que tem por objetivo a recuperação das nascentes. E o segundo projeto consiste no levantamento e diagnóstico de todas as nascentes da cidade identificando a situação de cada uma para efetivação de ações de plantio visando sua recuperação/conservação.

O primeiro córrego que está sendo recuperado dentro do Programa Plantando Água é o da Lagoa, que possui ao todo 47 propriedades pré-levantadas que correspondem a 126 ha de vegetação nativa ciliar. Esta área compreende a Bacia de contribuição a montante da represa de abastecimento de São José do Rio Preto, sub-bacia da Lagoa, cuja extensão superficial é de 185,90 Km2, estando contidas porções territoriais do município de São José do Rio Preto, Distrito de

Engenheiro Schimidt e do município de Cedral, localizados a Noroeste do Estado de São Paulo.

GA7 - Ação no VerdeAzul de Educação Ambiental com foco na proteção de nascentes

As ações de Educação Ambiental com foco na proteção de nascentes estão acontecendo por meio de uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, com a proposta de promover o curso Florestamento – Recomposição de Área de Preservação Permanente, capacitando os participantes para o preparo da área, o plantio e o manejo de mudas de espécimes nativas no entorno das nascentes. Esta parceria foi proposta no sentido de capacitar os técnicos das Prefeituras e empresas que prestam serviços na área para aprender e aprimorar as técnicas relacionadas à recomposição, com o enfoque da recuperação e proteção de nascentes.

O curso foi dividido em aulas teóricas e práticas. As áreas escolhidas para as aulas práticas, geralmente são trecho de APP no entorno de nascentes ou onde no curso d´água, exista uma nascente, pois uma vez preservando a mata ciliar, evita-se os processos erosivos e consequentemente o assoreamento, aspectos estes apresentados aos participantes do curso.

Entraves e Dificuldades

No âmbito das perdas no sistema de água o SeMAE Rio Preto, vem alcançando significativas melhoras, contudo a medida que o índice de perdas diminui o custo de investimento aumenta. Assim para manter e almejar índices menos, será necessário investimentos maiores e principalmente em novas tecnologias.

Para o SeMAE, assim como para todas as empresas públicas a elaboração de processos licitatórios que garantam a contratação de empresas qualificadas e que reflita na qualidade da execução e operação da obra após a entrega.

Tendo em vista o que foi acima exposto, seguem as metas listadas abaixo:

Metas para os próximos anos

Destacamos que para o setor de Água o Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto SeMAE vem investindo fortemente em projetos, dentre os quais destacamos:

- Ampliação da capacidade de captação da ETA – Palácio das Águas. Elevará o volume captado de 450 l/s para 750 l/s. Investimento de R$ 27.000.000,00. Iniciado: prazo de 24 meses.

- Finalização do projeto do novo sistema produtor para o abastecimento da cidade denominado Turvo-Grande, conforme está definido pelo PDA – Plano Diretor de Abastecimento de Água para São José do Rio Preto. Prevê a captação no rio Grande, na divisa entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, no reservatório da Usina Hidrelétrica de Maribondo, distante 60 km de São José do Rio Preto, e com capacidade de aduzir no mínimo 1.000l/s. Quando implantado, poderá também ser utilizado para suprir outros municípios no seu caminhamento como Icem, Palestina, Nova Granada, Onda Verde, Mirassol e Bady Bassitt, tornando-se uma solução para a macrorregião de São José do Rio Preto. Valor e prazo serão definidos pelo projeto executivo. Elaboração do projeto executivo de captação de água do rio Grande. Já aprovado pelo PAC 2 com a liberação de R$ 16 milhões. (Projeto em execução)

- Perfuração de mais um poços do Aquífero Guarani, para reforçar o Sistema Alto Alegre e finalizar a perfuração iniciada no Jardim Palestra, para reforçar os Sistemas da Região Norte da cidade, reservatórios, adução e demais acessórios. R$ 34.000.000,00 (2017/2018).

- Projetos de modernização dos PTG's: ETA, Alto Alegre, Urano, Cristo Rei, Solo Sagrado, Santo Antonio, Borá e Penha, com automação e controle. Projetos e orçamentos em execução (2018). - Projetos de modernização dos cerca de 250 PTB's com automação e controle. Projetos e orçamentos em execução (2018-2019).
Estudos e análises laboratoriais para reabilitação de reservatórios. Projetos e orçamentos em execução (2018-2019).

- Obras de reabilitação dos reservatórios e automação do tratamento. Projetos e orçamentos em execução (2018-2019).
Estudo dos sistemas de distribuição e setorização. Projetos e orçamentos em execução (2017-2020).

- Projetos de melhorias dos sistemas de distribuição. Projetos e orçamentos em execução (2018-2019).

-Continuidade do projeto de troca de ramais, em regiões que possui altos índices de perdas.

6. DIRETIVA QUALIDADE DO AR

São José do Rio Preto tem reforçado, a cada ano, o seu compromisso com a qualidade do ar, empenhando-se em várias frentes em busca de significativa melhoria na qualidade do ar. Para tanto tem agindo no combate às causas da poluição atmosférica. A seguir elencamos as ações diretamente relacionadas a esta diretiva:

QA1 - Apresentar o cronograma de manutenção/substituição da frota municipal

A gestão da frota veicular municipal é realizada de forma estratégica pelo Departamento de Gestão de Manutenção da Diretoria da Frota Municipal que realiza ações preventivas e corretivas de manutenção e também coordena o programa de substituição da frota. Desta forma a Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo, atua de maneira auxiliar na realização das inspeções dos veículos, mantendo dados históricos (placa, ano, combustível, resultado nos testes de opacidade, etc.) de cada veículo os quais são fornecidos com o intuito de orientar e ajustar os cronogramas de manutenção e substituição de veículos. Neste ano, o cronograma de substituição da frota municipal foi oficializado e passou por apreciação do COMDEMA.

QA2 - Ação no VerdeAzul que incentive a substituição de combustíveis fósseis, por renováveis ou que incentive a locomoção coletiva e/ou não motorizada no município.

Ações de substituição de combustíveis fósseis e locomoção sustentável (coletiva e não motorizada) vêm ganhando destaque no município, como as de incentivo ao uso de transporte público coletivo, com as obras do novo terminal, adequações dos horários e números de linhas para melhor atendimento, melhoria do conforto e praticidade para os usuários com o uso de tecnologias como o aplicativo do transporte público “Linhas Rio Preto”. A caminhabilidade, também continua ganhando suporte em novas readequações de travessias (ex: travessias com lombo-faixas) e sistemas de sinaleiros acionáveis em ambos os sentidos, por tempo suficiente para a travessia, entre outras que contemplam o Plano de Mobilidade Urbana.

Outra ação de redução do uso de combustíveis fósseis no município é a substituição destes por combustíveis renováveis, como por exemplo a substituição do diesel por biodiesel, a aquisição de veículos “flex” e maior adoção de biocombustíveis no abastecimento. Outras medidas podem também serem tomadas como a adoção de uma gestão de logística mais racional e ecoeficiente com planejamento de demandas e alocação de recursos de modo a diminuir o uso de veículos a combustão.

QA3 - Avaliações de fumaça preta nos veículos a diesel da frota própria e terceirizada, se houver.

Neste ano de 2018, a avaliação anual dos índices de opacidade da frota municipal, instituída pela lei 10478/2009, ocorreu em sua frota própria a diesel pela realização da inspeção por escala Ringelmann, as inspeções foram realizadas, de forma padronizada, em cada Secretaria por uma equipe que recebeu treinamento da CETESB. E também no âmbito das frotas terceirizadas, as quais são exigidas anualmente à entrega dos relatórios de inspeções.

Estes resultados são avaliados e registrados em Banco de Dados da Secretaria do Meio Ambiente gerando, desta forma, um histórico que permite avaliar e orientar ações de manutenção e melhoria da frota. Os dados obtidos são registrados e analisados em conjunto com os responsáveis pelos setores de frota no intuito de orientar e aprimorar os serviços de manutenção dos veículos.

Os veículos inspecionados recebem um selo com o ícone da inspeção e a data de realização do teste. Sendo este selo afixado em local visível. As ações de fiscalização são divulgadas por meio do site da prefeitura e outros.

QA4 - Comprovação da aplicabilidade da Lei de Queimada Urbana

Está em ação no município de São José do Rio Preto, desde 2017, o Plano Municipal de Contingência para Prevenção e Combate a Queimadas, que consiste em um plano de ações para prevenir as queimadas urbanas e rurais, treinamentos, criação de Programa de Educação Ambiental e um sistema de alarme e alerta, bem como ações emergenciais de combate a incêndios. Este Plano foi oficializado através do Decreto nº 17.777, de 20 de maio de 2017.

Neste Plano estabelece-se o Comitê Gestor do Plano de Contingência, composto pelas Secretarias de Saúde, Serviços Gerais, Meio Ambiente e Urbanismo, Comunicação Social, Trânsito, Guarda Civil Municipal, Defesa Civil Municipal, Defesa Civil Estadual, Bombeiros, Grupamento Aéreo da Polícia Militar do Estado de São Paulo e Sociedade Civil. E está estruturado em 4 (quatro) pilares de operacionalidade: educação e sensibilização da população; prevenção e monitoramento; fiscalização e ações legais e combate a incêndios. Cada entidade envolvida no Plano possui suas atribuições de acordo com suas características, sendo o combate a queimadas um dever de toda a sociedade.

No perímetro urbano, como resultado destes esforços, pode-se constatar um aumento no número de notificações de queimadas no período de estiagem.

QA5 - Aderir à operação Corta Fogo e criar a Brigada de Incêndio Municipal.

São José do Rio Preto assinou, no ano de 2017 o Termo de Adesão a Operação Corta Fogo da SMA e neste ano de 2018 atualizou os dados do questionário o qual foi encaminhado a Secretaria Administrativa da Operação Corta Fogo.

A Brigada de Incêndio Municipal foi instituída pelo Decreto nº 18.067 de 21 de junho de 2018 para o período de dois (02) anos consecutivos, sendo nomeados 12 membros para sua constituição.

A Lei Complementar nº 541 de 14 de junho de 2017 instituiu a Divisão de Prevenção de Incêndio e Primeiros Socorros que tem como objetivos: a)- acompanhar e colaborar para que os próprios da prefeitura municipal obtenham o Atestado de Vistoria de Corpo de Bombeiros; b)- realizar vistorias de segurança nos prédios próprios; c)- organizar Brigadas de Incêndios com funcionários que ocupam os próprios da prefeitura municipal; d) - organizar treinamentos de prevenção de incêndio e primeiros socorros para voluntários dos Núcleos de Defesa Civil – NUDEC; e) - organizar treinamentos de Brigada de Incêndio para Associações de bairros; f) - manter cadastro atualizado de todos os treinamentos feitos.

QA6 - Participação no treinamento realizado nas Oficinas Preparatórias da Operação Estiagem (Defesa Civil), e Operação Verão

Rio Preto sediou no dia 08 de maio de 2018 a Oficina Regional da Operação Estiagem, com a participação de vários funcionários da Prefeitura e voluntários. Destacamos o trabalho realizado pela Defesa Civil que tem multiplicado as informações aos moradores, pois entre os desdobramentos do Plano de Contingência e da citada Lei Complementar estão os treinamentos e palestras que vem sendo ministradas para orientar e conscientizar a população quanto aos perigos de queimadas e o prejuízo à qualidade do ar respirado.

QA7 - Ação no VerdeAzul de Educação Ambiental com foco em queimada urbana

Ações de Educação Ambiental para o combate às queimadas e melhoria da qualidade do ar do Município, estão sendo realizadas e tomando a estrutura de um programa de educação para combate às queimadas e melhoria da qualidade do ar, organizado pela Defesa Civil e Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo e com o apoio de outras Secretarias e órgãos públicos como CETESB, UNESP e Policia Ambiental.

Dentro do Plano de Combate as Queimadas, cabe a Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo de São José do Rio Preto, além das fiscalizações, promover palestras de conscientização a podadores/jardineiros de árvores para não efetuar

corte das copas das árvores ou podas abusivas, nos cursos de formação de podadores sendo abordado também a questão do risco trazido pelo material restante das podas. E, também, a divulgação dos Pontos de Apoio e informação a população dos materiais que podem ser depositados.

QA8 - Mapeamento comentado das ocorrências de queimadas no município, segundo dados do INPE

São José do Rio Preto tem feito uso da tecnologia da informação como ferramenta para melhorar as políticas e ações na prevenção e fiscalização das áreas de focos de incêndio. Como exemplo, o uso da ferramenta de geoprocessamento do Programa Queimadas disponibilizado pelo INPE ao qual membros da Defesa Civil e Comitê Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios receberam capacitação. O mapeamento dos dados fornecidos é realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo e Planejamento, que tem auxiliado com esta ferramenta e que devem ser usados para nortear novas políticas públicas para prevenção de ocorrências de queimadas.

QA – Pró-atividade – Programa Bike é Vida de Emprestimo de Bicicletas

No intuito de estimular a utilização de bicicleta no dia a dia do riopretense a Secretaria de Esporte e Lazer mantém o programa “Bike é Vida” que realiza o empréstimo de bicicletas aos munícipes de quaisquer idades para que estes possam pedalar pelo Parque do rio Preto, que margeia a avenida Philadelpho Gouvêa Netto.

O Bike é Vida é um programa que disponibiliza gratuitamente bicicletas para empréstimo a população, aos domingos das 8h às 11h, na base da Guarda Civil Municipal. A pretensão é de ampliar o programa, buscando sua realização de mais empréstimos, em outros períodos e outros locais com a interligação e ampliação de ciclofaixas.

Entraves e Dificuldades

Embora o município possua entidade de Defesa Civil para lidar com prevenção e combate a queimadas, devido a ocorrências cada vez mais frequentes de episódios graves de queda da qualidade do ar durante os períodos de estiagem, e também, diante ao continuo crescimento populacional e, consequentemente de novas fontes de emissão de poluentes atmosféricos, sente-se a necessidade de uma maior concentração de esforços direcionados a melhoria da qualidade do ar como um todo. O Plano Municipal para Prevenção e Combate a Queimadas instituiu o Comitê Gestor deste Plano, o qual, com a união de diversos órgãos municipais, têm a educação e sensibilização da população como um dos seus pilares estruturais, no

entanto, não enfoca outras fontes de poluição atmosférica como o uso de veículos de combustão interna e fontes industriais.

Com relação a fontes móveis de poluentes atmosféricos, existe uma dificuldade crônica nas realizações de manutenção veicular adequada, no âmbito populacional por parte da falta de mais campanhas de orientação e fiscalização e no âmbito público pela necessidade de definir recursos vinculados à manutenção veicular e substituição da frota.

7. USO DO SOLO

US1 - Plano de Controle de Erosão municipal

Na Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, dentro do Plano de Drenagem de Águas Pluviais (PMS – DAP), do município de São José do Rio Preto foi desenvolvido um capítulo específico para tratar do tema sobre o Plano de Controle de Erosão uma vez que o município apresenta um clima úmido, estações bem definidas e predomínio de solos com alta suscetibilidade a processos erosivos. Além dos efeitos diretos da erosão hídrica as deposições de sedimentos ao longo dos diversos cursos d'água que cortam o município provocam o assoreamento e aumentam os riscos de enchentes. Foram elaborados mapas temáticos de serviços e síntese, estudos detalhados de áreas de risco ou atingidas e o planejamento de controle preventivo e corretivo. Para áreas rurais serão incentivados o uso de práticas conservacionistas, capacitação técnica (treinamentos), ações de educação ambiental focadas no uso consciente dos recursos naturais, preservação das APP's, matas ciliares e reserva legal. O cronograma de ações deverá ter continuidade e assim, minimizar os principais problemas urbanos relacionados à drenagem, como as enchentes, urbanização e impermeabilização de áreas e a retenção de águas pluviais excedentes.

US2 - Ação no VerdeAzul relacionada ao cronograma físico constante no Plano de Controle de Erosão municipal

A Prefeitura municipal de São José do Rio Preto, por meio da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, vem implementando esforços para promover e garantir a "perenização" das estradas rurais de São José do Rio Preto e região, por meio da recuperação, manutenção e controle de erosão, a fim de garantir a sustentabilidade da produção da Agricultura Familiar e evitar o desperdício dos alimentos, por conta das significativas perdas causadas pelas péssimas condições das estradas, que danificam os alimentos ou os deixam sem condição de uso por conta da morosidade do transporte ou, até mesmo, pela dificuldade de acesso às propriedades rurais durante o processo diário de captação dos alimentos e escoamento da produção agrícola. A Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto firmou em março de 2017, convênio em parceria com a CODASP, com o "Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado", para recuperação de duas estradas rurais no município de Schmitt, totalizando 1,3km de estradas. Nos meses de junho e julho, foram encaminhadas duas propostas de recuperação e manutenção de 15 km de estradas rurais da região, somando-se as duas no valor de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), para o programa "Melhor Caminho", do governo do estado, e "Fomento ao Setor Agropecuário", do governo Federal. Entre outubro de 2017 até o presente momento foram executadas 16,2

horas de trabalho com o terraceador e 26,6 horas de trabalho com a pá carregadeira visando à construção de terraços para contenção da água das chuvas, manejando solo de uma área de aproximadamente 50 hectares, sendo que as propriedades atendidas compõem tanto a parte da contrapartida da Prefeitura quanto os serviços executados pela Patrulha Agrícola a pedido dos proprietários.

Novos projetos serão elaborados visando contemplar novos trechos, e assim proporcionar melhorias para o escoamento da produção agropecuária, como também para o transporte de trabalhadores rurais e estudantes que utilizam essas estradas frequentemente.

US3 - Ação no VerdeAzul relacionada às áreas municipais contaminadas ou com risco de contaminação

No Município de São José do Rio Preto há 53 áreas contaminadas, conforme apresentado informações da CETESB – Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Uma Área contaminada é um local que contém quantidades ou concentrações de matéria no solo em condições de causar danos à saúde humana, ao meio ambiente ou a outro bem a proteger. Diante disso a Vigilância Sanitária Municipal realiza fiscalizações programadas nas áreas contaminadas elaborando relatório da situação observada in loco, além de orientações técnicas sobre os riscos observados. O departamento de Vigilância Sanitária de São José do Rio Preto possui atualmente em quatro fiscais para realizar as inspeções nas áreas contaminadas.

US4- Ação no VerdeAzul relacionada aos processos geodinâmicos perigosos ou à exploração ou potencial exploração de recursos minerais municipais

O município está sujeito a inundações naturais devido a sua fisiogeografia, geomorfologia e a uma ocupação urbana desordenada, outro fator na dificuldade de escoamento de águas é a erosão e a retirada da cobertura vegetal. Nos últimos 30 anos foram tomadas medidas para reduzir tais impactos, dentre elas se destaca a realização de obras de micro e macrodrenagem do córrego do Borá e Canela. Com a conclusão destas obras, toda água da chuva que escoa pelas bocas de lobo irão parar em piscinões e lagoas, retardando o seu escoamento, e nos canais que foram realizados nos córregos Borá e Canela, a água será drenada muito mais rápido. Ao longo destes cursos d'água foram criados parques lineares, revitalizando os fundos de vale, estes parques possuem pistas de caminhadas, academias, playgrounds, lixeiras e fazem parte do complexo das obras antienchentes. Entre o período de outubro de 2017 até presente data, estão sendo realizadas ao longo do perímetro urbano, obras de adequação e melhoria da microdrenagem urbana ao longo das áreas onde estão sendo confeccionados os corredores de ônibus, que são faixas exclusivas para melhorar o fluxo dos transportes coletivos em horário de pico.

US5 – Inserção via COMDEC, no Sistema Integrado de Defesa Civil do Município, de dados sobre ocorrências de defesa civil na cidade, ou Declaração de não ocorrência

Os desastres acontecem nos municípios e a ajuda externa normalmente demora a chegar, neste contexto foi criado Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), tendo como principal atribuição conhecer e identificar os riscos de desastres no município. O COMDEC de São José do Rio Preto realizou entre os meses de outubro de 2017 a setembro de 2018 inserções no Sistema Integrado de Defesa Civil (SIDEC) do município e manterá a continuidade ao trabalho de inserção das informações no SIDEC.

US6 - Adesão ao Programa "Cidades Resilientes" e Plano de Contingência - Defesa Civil

O Município de São José do Rio Preto encontra-se devidamente inscrito no "Programa Cidades Resilientes". Considerando que Cidade Resiliente é a capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente exposta a ameaças de adaptar-se, resistindo ou mudando com o fim de alcançar e manter um nível aceitável em seu funcionamento e estrutura, determinado pelo grau no qual o sistema social é capaz de auto-organizar-se para incrementar sua capacidade de aprendizagem sobre desastres passados, com o fim de alcançar uma melhor proteção futura e melhorar as medidas de redução de risco de desastre, a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto publicou o Decreto nº 18.024 de 23 de abril de 2018, que Dispõe sobre a criação do Comitê da Cidade Resiliente. Foi elaborado pela Diretoria de Defesa Civil o "Plano Municipal de Contingência para Prevenção e Combate a Queimadas", o qual estabelece diretrizes para a elaboração e execução de um conjunto de ações a serem desenvolvidas de forma integrada com as pastas municipais na formulação de estratégias para prevenção aos efeitos danosos que as queimadas urbanas e rurais causam à saúde pública, originadas por partículas sólidas e gases tóxicos presentes na fumaça de pequenos e grandes incêndios ocorridos no período da seca, Instituto pelo Decreto 17.777 de 19 de maio de 2017. A Defesa Civil de Rio Preto reuniu uma comissão para a criação e a elaboração do Plano de Contingência para prevenção de acidentes e contaminação dos rios, córregos e mananciais da cidade. O Plano de Contingência estabelece ações integradas para evitar acidentes que contaminem os mananciais que abastecem a cidade.

US7 - Ação no VerdeAzul de Educação Ambiental, com foco em fragilidades e potencialidades do uso do solo

O Além de promover a doação de mudas arbóreas, o Viveiro Municipal recebe semanalmente (as terças e quintas-feiras) visitas agendadas de escolas, Instituições de Ensino Superior, Cursos Técnicos e Profissionalizantes da área agrícola, visando atingir esse público, a ação teve como objetivo promover a demonstração prática de medidas conservacionistas, dos processos erosivos sobre o solo e assim, demonstrar as fragilidades e potencialidades do uso do solo, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo elaborou no Viveiro Municipal, um simulador de chuva sobre galões usados de água mineral.Estando o simulador de Chuvas em constante exposição no setor de doação de mudas, todo visitante pode verificar os diferentes efeitos da cobertura de solo e sua ação direta resultando em processos erosivos laminares e sulcos. É possível notar também, o transporte de sedimentos pela água e o seu acúmulo em frascos, demonstrando assim, que além da perda da camada superficial de solo, a erosão proporciona o assoreamento dos cursos d'água.

US8 - Mapeamento relativo às áreas de contaminação do solo, processos geodinâmicos perigosos e mineração, com comentários integrados das áreas de risco do Município

Foram elaborados os mapas de: "áreas contaminadas", "mapa de mineração" e "mapa de risco sobre processos geodinâmicos". Os resultados deste estudo visam fornecer subsídios à Defesa Civil, Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo e demais Secretarias, e servirão para dar continuidade aos trabalhos referentes a áreas contaminadas e seu devido monitoramento, fiscalização de áreas de mineração e locais suscetíveis a escorregamentos, inundação, erosão e colapso de solo em áreas residenciais do município.

US – Pró-atividade - Reaproveitamento de resíduos da construção civil em controle de erosão em estradas rurais e Qualificação de Corpo Técnico Municipal.

Em tempos atuais, é intenso a produção de resíduos da construção civil, devido ao intenso desenvolvimento e crescimento econômico e populacional. Com seu gerenciamento oneroso e complexo, está tornando um sério problema urbano, envolvendo o saneamento público, contaminação ambiental entre outros. Perante esta crescente preocupação, o Município de são José do rio Preto gerou uma forma de utilizar tais resíduos para recuperação de estradas rurais e controle de erosão do solo, através da Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil. Tal resíduo tem a função de substituir o material granular convencional (brita), aplicado no

revestimento primário, objetivando proteger e dar suporte ao leito da pista de rolamento, de modo a tornar a estrada trafegável nas diversas épocas do ano. Promoveu-se também a qualificação de corpo técnico da Prefeitura de São José do Rio Preto e produtores rurais mediante Participação no VI Ciclo de palestras sobre manejo e conservação do solo e da água.

Entraves e Dificuldades

Dentre todos os aspectos do uso do solo podemos destacar os problemas enfrentados pelo Município no que diz respeito aos processos geodinâmicos, pois boa parte de nossos córregos possuem suas encostas formados por solo arenoso sendo suscetível a processos erosivos. Diante deste cenário existem muitas APPs que necessitam serem recuperadas e como é sabido, a recuperação de uma área de proteção permanente demanda muitos recursos.

8. ARBORIZAÇÃO URBANA

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo tem como objetivo aumentar o índice de arborização urbana assim como melhorar a qualidade da mesma. O Código Florestal Municipal (Lei Complementar nº 053/1996) é a principal lei que norteia os trabalhos realizados, assim como outras normativas (Lei nº 2107/1977, Lei nº 12700/2017, Decreto nº 13055/2006, Portaria SMAURB nº 01/2017). A Diretiva do Programa Município Verde Azul fortalece e orienta esse objetivo, atualizando e aperfeiçoando as normas municipais. O Viveiro Municipal fornece: mudas de árvores, orientações técnicas para plantio e manutenção destas. São oferecidos cursos de qualificação de podadores, assim como oficinas de plantio e workshops de arborização urbana. Em novos parcelamentos do solo há exigência legal para plantio de árvores e a fiscalização é realizada por técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo. As supressões e podas de árvores também são fiscalizadas, e a autuação é feita pela Secretaria Municipal de Serviços Gerais. Conforme últimos dados divulgados do IBGE (2010), São José do Rio Preto ficou classificado em 3º lugar, dos municípios do estado de São Paulo, com mais de 200 mil habitantes, no número de domicílios com árvores, ou seja, dos 133.894 domicílios, 129.187 possuíam árvores (96,48%).

AU1 – Desenvolver e implantar "ESPAÇO ÁRVORE" no viário (obrigatório em novos loteamentos) e dar publicidade. Este espaço deverá ser definido por norma legal

O espaço árvore foi acrescentado ao Plano Diretor de Arborização Urbana pela Câmara Técnica de Arborização Urbana, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA. De acordo com o cronograma planejado será finalizado a implantação do espaço árvore nos prédios públicos; instituição do espaço árvore por Lei em novos loteamentos; publicidade, fiscalização e manutenção dos espaços instituídos. Será realizado do 4º ao 12º ano: a aplicação da Lei sobre "arborização urbana – Espaço árvore" para novos loteamentos; continuação da publicidade, fiscalização e manutenção dos espaços instituídos. Foi aberto uma licitação para a implantação do espaço árvore nos espaços públicos. Para atingir a meta final está em andamento o processo licitatório: 13.914/2018, modalidade: tomada de preços nº 021/2018.

AU2 – Realizar cadastro e/ou inventário e consequente diagnóstico das árvores do município

Em 2015 foi realizado um levantamento arbóreo amostral em vias públicas defronte a logradouros do município. No ano de 2016 foi realizado um inventário arbóreo amostral de praças e áreas verdes localizadas ao longo do perímetro

urbano municipal. A média de árvores por logradouro foi de 1,1 e a maior ocorrência foi da espécie “oiti” (*Licania tomentosa*). A média de árvores nas praças públicas foi de 1,53/100m² e a maior ocorrência foi de árvores do gênero Eucalyptus.

AU3 – Elaborar e implantar Plano Municipal de Arborização Urbana

O Plano de Arborização Urbana, para o alcance de sua finalidade, tem como objetivo a elaboração das diretrizes, estratégias e normas para a arborização urbana, tendo em vista a proteção e a ampliação das áreas verdes da cidade. O Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU), regido pela presente Lei Complementar 53/1996, é o documento orientador da política de plantio, preservação, manejo e expansão da arborização da cidade e do processo contínuo de planejamento do Município sobre o tema. O PDAU foi reestruturado conforme as propostas de arborização do Programa “Município Verde-azul”.

AU4 – Desenvolver e executar Piloto de Floresta Urbana e dar publicidade

O piloto da Floresta Urbana foi finalizado em setembro de 2018 com o plantio total de 18 (dezoito) árvores, sendo estas de 04 (quatro) espécies nativas de arborização urbana de porte grande, nas calçadas da Avenida em frente à Praça dos Esportes e da Cultura de Engenheiro Schmitt, próxima à Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) e da Piscina Pública do distrito de Engenheiro Schmitt. Na calçada mais larga o requadro foi de 1,00 metro de largura por 2,00 de comprimento, Na calçada mais estreita foi mantida a calçada verde de 0,60 metro, pois já era 40% da largura da calçada, mantendo a acessibilidade. Foi realizado registro fotográfico, identificação com placa, o elemento de identificação do espaço árvore foi pintado no calçamento e a divulgação realizada no site da Prefeitura.

A principal avenida do município é a Avenida Dr. Alberto Andaló, onde está localizado também o Paço Municipal. Atualmente a referida avenida está em fase final de obras de mobilidade urbana (Corredor 04), na qual o calçamento impermeável já foi substituído por calçamento permeável. O canteiro central também teve a pavimentação substituída de pedras de “petit-pavé” por gramados permeáveis.

As árvores receberam canteiros no padrão espaço árvore. O projeto contemplou o plantio de 371 (trezentas e setenta e uma) mudas de árvores de arborização urbana.

AU5 – Capacitar e treinar profissionais da estrutura municipal envolvidos com a arborização urbana

No dia 17 de abril de 2018 os engenheiros agrônomos da Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo de São José do Rio Preto, Larissa Tiago Volpi e Otton Garcia

de Arruda participaram da Palestra: “Município VerdeAzul & Princípios de Poda Urbana”, realizada na cidade de Andradina-SP. No dia 05 de abril de 2018 foi realizado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SMAURB (Prefeitura de São José do Rio Preto), em parceria com a empresa PD Instrumentos, o Workshop de “Análise visual e instrumental, novas técnicas para avaliação de árvores com risco de queda e madeira estrutural”. Participaram deste curso os profissionais municipais: do Setor de Análises e Laudos e da Administração da Represa Municipal (Parque da Represa e Parque Rio Preto) da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo; de técnicos da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

AU6 – Elaborar publicação sobre arborização urbana

Foi elaborada uma publicação (cartilha ambiental) sobre arborização urbana que é trabalhado junto às escolas da Rede Municipal. Além disso, este material é entregue aos munícipes que vão até o Viveiro retirar muda. Também se elaborou um folder para ampla distribuição em eventos públicos, este, possui informações referentes à importância da arborização urbana e procedimentos de como promover o plantio de mudas de maneira correta. O site da prefeitura apresenta informações diversas, como: legislação municipal sobre arborização urbana; a importância da arborização urbana para o urbano; lista das espécies nativas próprias para plantio urbano no município de São José do Rio Preto; indicação do local mais adequado para plantio na área urbana, respeitando os espaços e recuos; dicas de preparo do berço; orientações de quem pode e como realizar o plantio (etapas do plantio); orientações de manejo (rega, adubação e manutenção, quem pode realizar a poda, listagem de podadores cadastrados e formas de contato, calendário para o recolhimento de galhos e setorização da área urbana e link para preenchimento de formulário on-line para solicitação de autorização para a realização de podas de fronte a logradouro.

AU7 – Ação no VerdeAzul de Educação Ambiental com gestão participativa

Com a formalização de pedidos para plantio em uma área pública pela população e representantes do bairro Santo Antônio, foi realizada uma reunião em 14/04/2018 para a realização desta ação com gestão participativa, na qual a responsabilidade compartilhada foi determinante para o sucesso final. Até o dia do plantio mesmo após limpeza da área, havia descarte irregular de resíduos na área, que foi realizado no dia 20/04/2018. Em nova vistoria realizada no dia 10/08/2018, constatou-se que as mudas estavam vivas e tutoradas. Observou-se que não houve mais descarte irregular de resíduos no local.

AU8 – Cobertura vegetal no perímetro urbano

Determinou-se que a área urbana de São José do Rio Preto possui uma projeção de copa total de árvores de 18,57%. Em sua avaliação por quadrantes, observou-se uma diferença no índice de projeção de copa entre as quatro regiões. Quadrante superior esquerdo (Q1): 14,49%; superior direito (Q2): 15,27%; inferior esquerdo (Q3): 24,28% e inferior direito (Q4): 21,65%.

Assumindo-se a meta de atingir 20% ao longo de 12 anos, será necessário o plantio mínimo de 19.347 árvores, incluindo que as perdas (mortalidade) e as árvores que necessitam ser suprimidas por motivos diversos, sejam devidamente substituídas na mesma proporção. Considerando atingir a meta de 50% de projeção de copas, a quantidade de árvores a serem plantadas ao longo do prazo determinado será de 424.377 mudas. Estas deverão ser equitativamente distribuídas ao longo do perímetro urbano conforme o déficit constatado por região.

AU – Pró-atividade – Curso de qualificação de podadores de árvores

Tão importante quando o plantio de novas mudas de árvores, o manejo da arborização urbana presente nas vias públicas é de suma importância. A poda é uma prática antiga, utilizada em jardins clássicos europeus ou em frutíferas visando uniformizar a produção de frutas. Devido a esta cultura e falta de informação, no meio urbano, ainda há muitas pessoas que fazem a poda com fins estéticos ou por acreditarem que a poda poderá revigorar a árvore, entretanto, esteticamente, esta poda se insere somente em ambientes clássicos e ao contrário, causam estresse e deixam áreas expostas passíveis de entrada de patógenos, deformando a árvore e transformando-se em potencial de risco. Diante essa problemática, cursos de qualificação para podadores são realizados periodicamente por técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo de São José do Rio Preto cujo objetivo é promover a qualificação de profissionais autônomos que prestam serviços particulares de poda e supressão de exemplares arbóreos presentes em vias públicas.

Foi realizado no dia 27 de abril de 2018, pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente E Urbanismo, no Auditório da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento, o primeiro Curso de Capacitação de Novos Podadores de 2018. Participaram da capacitação do curso de poda, o total de 37 (trinta e sete) pessoas, sendo 19 (dezenove) funcionários públicos, 01 (uma) professora universitária doutora em Botânica, 01 (um) biólogo e 04 (quatro) estudantes de Ciências Biológicas. Neste curso foram passadas orientações sobre os procedimentos administrativos e técnicos de erradicação de árvores e os vários tipos de podas, as normas e leis ambientais vigentes e suas penalidades, ao uso de equipamentos de segurança, entre outras informações necessárias para a capacitação tanto de quem realiza a poda de árvores, como para os agentes públicos responsáveis pela fiscalização dessa atividade.

Entraves e Dificuldades

Aumentar a diversidade de espécies nativas regionais na arborização urbana é um desafio desde a porcentagem de germinação das sementes até a formação destas em o porte ideal para plantio. Conhecer o comportamento de novas espécies em meio urbano.

Eliminar/ controlar a espécie exótica invasora “leucena” (Leucaena leucocephala). Eliminar a poda tipo topiarismo em árvores. Conflito entre árvores e novos portões do tipo basculante.

Educação Ambiental específica para criar calçadas ecológicas e novos espaços árvores, para a formação da Floresta Urbana, atendendo os critérios da Acessibilidade e arborização sob rede elétrica compacta.

Ampliar e manter equipe municipal permanente com veículos novos de transporte de mudas, perfuratriz com trator e mão-de-obra especializada em maior quantidade, para os trabalhos de preparo de berços e auxilio no plantio, tanto nos mutirões como nos plantios contínuos a serem realizados na arborização do município e ampliar equipes de manutenção dos plantios.

Formar mudas no Viveiro Municipal, no menor tempo possível, com o porte ideal de 1,80 a 2,00 metros, e as espécies apropriadas ao plantio, dobrar sua produção anual de mudas com implantação do banco de semente.

9. ESGOTO TRATADO

ET1 – Plano Municipal de Saneamento Básico

Apresentou-se o Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelo Plano Municipal de Água e Esgoto (PMAE), Plano Municipal de Drenagem Urbana e Águas Pluviais (PMDU) e pelo Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), elaborado de acordo com a Lei Federal 11.445 de 05 de janeiro de 2007. O Plano Municipal de Saneamento Básico de São José do Rio Preto foi elaborado em 2014 e submetido à Consulta e Audiência Pública, e em 2018 materializou-se na Lei 12.882 de 05/01/2018.

ET2 - Ação no VerdeAzul constante no cronograma físico previsto no Plano de Saneamento.

Ação visando à construção de novos interceptores para complementar o sistema de coleta e afastamento dos esgotos no município de São José do Rio Preto, para direcioná-los à ETE Rio Preto, buscando a melhora na qualidade de vida da população assim como dos cursos d'água que integram a região. As obras de implantação destes interceptores permitirão que os esgotos gerados nas regiões de abrangência das bacias destes córregos, que vêm apresentando forte expansão ocupacional, possam ser encaminhados para tratamento na ETE Rio Preto. A proposta visa atender ao município de São José do Rio Preto no que diz respeito à coleta e afastamento de esgotos sanitários construindo-se interceptores nos seguintes trechos: margem direita do Córrego da Anta; margem direita do Córrego Felicidade; margem direita do Córrego dos Macacos e margem esquerda do Córrego Piedade, incluindo o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, máquinas e equipamentos necessários à execução dos serviços.

ET3- Fornecimento do Relatório Gerencial de Desempenho

Relatório anual com os parâmetros operacionais da ETE. O Serviço Municipal Autônomo de Água e Esgoto – SeMAE, trouxe ao "Programa Município VerdeAzul" que no ano de 2017 a Estação de Tratamento Esgoto tratou um volume de 36.520.316,40 m³. O tipo de tratamento empregado consiste nas seguintes etapas: gradeamento grosseiro e fino; desarenação; reatores UASB; tanque de aeração; decantadores; cloração e pós-aeração. Após todas as etapas o efluente tratado retornou ao rio Preto em 2017, com uma média global de eficiência de 82,4% para o referido ano. E ainda, que os resíduos gerados pelo gradeamento foram de 1.025,0 toneladas, pela caixa de areia de 1.340,1 toneladas e de lodo 10.466,8 toneladas. Todos os resíduos gerados foram encaminhados ao Aterro Sanitário localizado no município de Onda Verde – SP.

ET4 - Monitoramento na ETE

Coleta de amostras para análise das variações de DBO e DQO da Usina de Tratamento de Esgoto, acompanhado do suplente do PMVA Alexandre Batista do Carmo. O Monitoramento que foi acompanhado no dia 18 de abril de 2018 é realizado diariamente na própria ETE e analisa a vazão média no sistema, no afluente da ETE (Tratamento Preliminar), no Efluente da ETE (pós-aeração), onde o suplente do PMVA pode acompanhar a coleta para análise.

ET5 - Educação Ambiental: Visita técnica a Estação de Tratamento de Esgoto

A Estação de Tratamento de Esgoto de Rio Preto, desde a sua operação definitiva em 2010, recebe visitas constantes de alunos de São José do Rio Preto e região, que vão do ensino básico ao ensino superior. Porém, por conta das obras de ampliação, as visitas técnicas a ETE foram reduzidas, visando à segurança de seus visitantes. A publicidade da ampliação da ETE se tornou uma aliada na divulgação da importância do tratamento de esgoto para a cidade, vinculada em grandes meios de comunicação local a população é mantida informada dos avanços alcançados. O SeMAE fez parte da Semana Integrada do Meio Ambiente, onde pode expor os investimentos realizados e atingir um grande publico.

Pró-atividade - Rega dos canteiros das duas principais avenidas da cidade com água de reuso, proveniente da ETE.

O SeMAE vem a cada dia melhorando e aumentando o uso da água de reuso, proveniente da ETE. Atualmente para rega e manutenção paisagística é utilizada exclusivamente a água de reuso na área da ETE. Devido à estiagem no início do ano de 2017, houve o início da rega dos canteiros das avenidas principais da cidade, a ação foi bem recebida pela população.

Os próximos passos pretendidos pela autarquia é a ampliação da rega para outras áreas de sua propriedade; parcerias com a prefeitura para manutenção e limpeza urbanística.

Entraves e Dificuldades

A implantação de novos interceptores no município requer obras de grande porte e que causam interferências no meio externo, como o trafego das vias e em alguns trechos passam por áreas arborizadas. Assim, muitas vezes atrasam o cronograma de execução, para poder mitigar os transtornos a população e ao meio ambiente.

Outro fator importante para execução e continuidade é a capitação de recursos federais para financiar as obras, que requerem altos investimentos.

Na ampliação da ETE, a complexidade da obra é um fator relevante, que requer muita atenção e acompanhamento.

Tendo em vista o que foi acima exposto, seguem as metas listadas abaixo:

Metas para os próximos anos

Principais Projetos em Implantação:

- Ampliação da ETE Rio Preto. Elevará o volume de esgoto tratado de 1.050 l/s para 1.650 mil l/s. Investimento de R$ 26.000.000,00. Ordem de Serviço de setembro/2017.

Principais Projetos Programados:

- Construção de interceptores nos seguintes Trechos: M.D. Rio Preto (2 Trechos), M.E. Rio Preto E M.E. Córrego S.Pedro; Construção De Rede De Recalque Entre A Eee-Talhado E A Ete-Rio Preto E Construção De Estação Elevatória De Esgoto Na M.E. Corrego Talhado No Município De São José Do Rio Preto.

- Desativação de 40% das Estações Elevatórias de Esgoto, que corresponde há 7 unidades.

- Construção de interceptor da M.D. do córrego Moraes até o interceptor existente da M.D. Piedade

10. RESÍDUOS SÓLIDOS

RS1 – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos foi elaborado, em 2014, junto com Plano Municipal de Saneamento Básico e de acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010. Em 2017, foi formado um grupo de estudo que fez a revisão do referido plano, que foi encaminhado à Câmara Municipal como Projeto de Lei nº 200/17. O Plano foi aprovado pela Câmara Municipal e sancionado pelo Prefeito através da Lei n.º 12.882 em 05 de janeiro de 2018.

RS2 – Ação no VerdeAzul prevista no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – Feira Limpa

Um dos problemas diagnosticados no município de São José do Rio Preto foi o desperdício de matéria-prima orgânica, ou seja, de resíduos orgânicos gerados nas 108 feiras mensais ocorridas no município, que eram misturados ao lixo comum e destinados ao Aterro Sanitário. Desta forma, o Município buscou formas alternativas para conseguir reaproveitar esse material, implantando o projeto FEIRA LIMPA, onde o material orgânico que antes era descartado é separado na origem para serem posteriormente reaproveitados, transformando-se em composto orgânico.

RS3 – Ação que promova a não geração, redução, reutilização ou tratamento de resíduos sólidos, em consonância com a ordem de prioridades estabelecida no Artigo 9º da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12305/2010).

A cidade de São José do Rio Preto é um município localizado no interior do Estado de São Paulo, que ocupa uma área de 431,963 km² e uma população estimada para 2017 de 450.657 habitantes, segundo dados do IBGE. Diante de um município tão populoso, um dos problemas graves diagnosticados, diz respeito aos Resíduos da Construção Civil do município. Os Resíduos da Construção Civil são coletados por 15 (quinze) Pontos de Apoio instalados em pontos estratégicos do município, os quais recebem até 1 m³ por munícipe. Para resolver a problemática dos resíduos, implantou-se uma Usina de Reciclagem de Resíduos da Construção Civil. A Usina de Reciclagem processa todo esse material coletado transformando-os em areia, areia grossa, brita e pedriscos, matéria prima esta que será utilizada para a fabricação de mais de 30 (trinta) tipos de produtos diferentes como, por exemplo, tubos, guias, mesas, bancos dentre outros, sendo referência para os demais municípios do País.

RS4 – Automonitoramento da destinação final de Resíduos Domésticos.

O município de São José do Rio Preto terceirizou desde setembro de 2007 a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares. Atualmente, os rejeitos do sistema de triagem e compostagem dos resíduos sólidos do município de São José do Rio Preto são destinados em aterro sanitário particular da empresa Constroeste Construtora e Participações LTDA, localizado na Estrada Vicinal Antônio Gonçalves do Carmo, km 1,3, Município de Onda Verde. O aterro sanitário é munido de toda a infraestrutura necessária aos serviços, sendo impermeabilizados em sua base com manta de polietileno de alta densidade, além do solo tratado com bentonita para reduzir o coeficiente de impermeabilização. O aterro é cercado com rígido controle de acesso, evitando a presença de catadores e animais. A cobertura diária e constante dos resíduos evita o acúmulo de aves como urubus e gaivotas.

RS5 – Ação de Coleta Seletiva com foco em difusão e capacitação de técnicas de boas práticas sustentáveis.

Um dos problemas diagnosticados no município de São José do Rio Preto diz respeito aos materiais recicláveis descartados todos os dias junto aos resíduos coletados. Cada habitante produz em média, aproximadamente 01 kg de resíduo domiciliar por dia. No ano de 2017 foram coletadas 152.145,52 toneladas. Desse total, 30% aproximadamente é recuperado pela empresa que realiza a coleta e tria esse material, sendo que 12% equivale a material de compostagem e 18% equivale a recicláveis. Considerando números abaixo das expectativas no que se refere a Coleta Seletiva, o município decidiu buscar formas alternativas para conseguir um aumento significativo de recuperação de materiais que eram dispensados no lixo comum todos os dias pela população. Para tanto o município mantém Termos de Colaboração com a COOPERLAGOS – Cooperativa de Coleta Seletiva, Beneficiamento e Transformação de Materiais Recicláveis e com a ARES – Associação Riopretense de Educação e Saúde. Além de realizarem serviços de coleta seletiva, integram um programa da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Urbanismo e da Secretaria Municipal do Trabalho em parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social, onde o objetivo principal é promover a conscientização da coleta seletiva na população. Juntas fazem a orientação dos moradores sobre o armazenamento correto desses materiais.

RS6 – Piloto de Compostagem – Viveiro Municipal de São José do Rio Preto.

A compostagem doméstica é uma solução eficaz para reciclagem de lixo orgânico, é uma prática de múltiplos benefícios. Primeiro, pelo impacto positivo ao meio ambiente, ao reduzir em até 75% o volume de resíduos orgânicos depositado nos aterros sanitários. Segundo, porque possibilita a fabricação de fertilizantes

nutritivos para uso em hortas, vasos e jardins a custo zero. A questão da destinação do resíduo orgânico doméstico é um dos problemas com os quais convivemos diariamente nas grandes cidades, pois sua produção é simplesmente incessante e em enorme volume. Usualmente seu destino é o lixo comum, misturado com outros tipos de resíduo, muitos recicláveis inclusive, quando não há coleta seletiva na região. Uma solução sustentável para o destino do lixo orgânico é a compostagem. Para tanto é utilizado um sistema de reciclagem do lixo orgânico caseiro com minhocas, que transformam os restos de alimentos em adubo. É um processo conhecido como vermicompostagem, que ocorre em sistema fechado (dentro de caixas plásticas), não produzindo odores desagradáveis, calor ou atração de animais peçonhentos. Em São José do Rio Preto o projeto iniciou-se no Viveiro Municipal, e devido a sua praticidade e simplicidade, sendo o sistema facilmente transportado, passou-se a ser apresentado em unidades escolares, propagando-se assim, os conceitos de aproveitamento dos resíduos orgânicos, separação do material em reciclado, “orgânico compostável” e “orgânico não compostável”, adubação orgânico e incentivar a criação e manutenção de hortas orgânicas escolares.

RS7 – Educação Ambiental – Foco em Ações de Sensibilização e Mobilização para a Coleta Seletiva.

A sociedade não tem feito uso do que está à sua disposição de forma harmoniosa, prejudicando por exemplo a água, os solos, florestas, os animais e outros. Os grandes acontecimentos que ocorrem não só na cidade de São José do Rio Preto, mas em todo o planeta como, por exemplo, enchentes, inundações, secas, queimadas, degelo, retratam a afirmação acima. Diante do problema diagnosticado, em especial no município, para que possamos controlar e/ou amenizar tal crise, os valores, as percepções e as práticas da população devem ser repensadas. Desta forma, para que ocorra mudanças de valores, atitudes e comportamentos individuais e coletivos, o caminho é a educação, especialmente a EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Para tanto a proposta foi levar a Educação Ambiental até a população por intermédio de parceria entre a Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto – SP e a COOPERLAGOS – Cooperativa Social de Coleta Seletiva, Beneficiamento e Transformação de Materiais Recicláveis. Desde então essa parceria leva diariamente porta-a-porta a EDUCAÇÃO AMBIENTAL a população de São José do Rio Preto – SP, com informações de como separar os resíduos corretamente nas residências, o que é reciclável e o que não é reciclável, informações sobre o que fazer com o óleo de cozinha usado, sobre os materiais eletrônicos dentre tantas outras informações importantes. Além da importante missão de educar a população para o consumo consciente, a Cooperlagos oferece um outro grande e importante papel: A inclusão social.

RS – Pró-atividade – Logística reversa de pneumáticos

Diante do porte de Rio Preto em relação a sua população, um dos problemas diagnosticados diz respeito aos pneumáticos (pneus) inservíveis, os quais eram descartados de forma irregular em lixos comuns, terrenos, represas, rios e diversos outros locais inapropriados. Em 2014 Rio Preto assinou com a Associação RECICLANIP um convênio que assegura o sistema de logística reversa de pneumáticos (pneus) no município, estabelecendo-se como objetivo o desenvolvimento de ações conjuntas e integradas visando proteger ao Meio Ambiente e a população, através da destinação ambientalmente adequada dos pneus inservíveis. Por meio desta parceria, e dando cumprimento ao disposto na Lei 10.470/2009, todos os moradores da cidade poderão descartar os pneus inservíveis de forma adequada, conforme é previsto na Resolução CONAMA 416/2009, pela Lei Federal 12.305/2010 e o Decreto Federal 7.404/2010, levando os pneus inservíveis até o PONTO DE RECOLHIMENTO DE PNEUS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (ECOPONTO), que fica localizado na Avenida Cenobelino de Barros Serra, n.º 1480, neste município, onde lá é emitida uma Declaração de Entrega de Pneus Inservíveis.

Entraves e Dificuldades

As despesas decorrentes da operacionalização e manutenção de todo o sistema por serem altas, continuam a ser o grande entrave para uma melhoria no desenvolvimento na questão Resíduos Sólidos. Muitas das vezes, o próprio recurso destinado ao investimento é consumido pelas próprias despesas com operacionalização e manutenção do sistema. Desta forma, a maior dificuldade encontrada para a viabilização das metas continua a ser a falta de recursos. Sem ele, a dificuldade para novos investimentos visando atingir questões culturais e a educação da população continua a existir. Tais questões são primordiais para serem trabalhadas, conscientizando os munícipes a produzirem menos resíduos domiciliares, realizem em suas casas a separação prévia do material reciclável, conscientizem sobre a prejudicialidade do descarte irregular de resíduos dentre outros fatores.